

A circulação do discurso literário nas redes sociais: uma questão de autoria?

The circulation of literary discourse in social networks: a matter of authorship?

Taís da Silva Martins

Universidade Federal de Santa Maria

Verli Petri da Silveira

Universidade Federal de Santa Maria

Larissa Montagner Cervo

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: O artigo volta-se à circulação do discurso literário nas condições de produção do digital, considerando-se arquivos que reúnem textualidades associadas ao nome de autores canônicos e que são disponibilizadas para circular como frases de efeito. A perspectiva teórica e metodológica de fundamentação do trabalho é a Análise de Discurso. O ponto fulcral é a discussão da atribuição de autoria na perspectiva da filiação ao histórico de significações que singularizam o nome de um dado autor, assim como os efeitos produzidos na construção de uma dada memória coletiva da atualidade.

Palavras-chave: Discurso literário; Circulação; Autoria; Memória

Abstract: This paper turns to the circulation of literary discourse in digital production conditions, considering archives that glean textualities associated with canonical authors' names and that are made available for circulation as catchphrases. The fundamental theoretical and methodological perspective for this work is discourse analysis. The central point is the discussion of attribution of authorship in the perspective of filiation to the significations record that singularize the name of a given author, as well as the effects produced in the construction of a given collective memory of current times.

Keywords: Literary Discourse; Circulation; Authorship; Memory

Considerações iniciais

O digital, como materialidade discursiva, constitui-se, hoje, como espaço privilegiado de circulação da literatura, abrangendo trabalhos de diferentes escritores e de diferentes vertentes literárias. Dentre as muitas formas de circulação da literatura que possam ser mencionadas, este trabalho dedica-se aos excertos de textos literários, ou dizeres a eles remetidos, que são disponibilizados em arquivos digitais para conhecimento, compartilhamento e circulação. Entendemos que essas textualidades, geralmente constituídas de enunciados curtos e impactantes, ao estarem vinculadas a este suporte digital, singular enquanto espaço de circulação, configuram-se como discursos que são atualizados na memória coletiva a cada reinscrição, a cada postagem.

Em nosso trabalho, buscaremos, a partir da Análise de Discurso, compreender como tais textualizações circulam no meio digital, considerando *sites*, *blogs* e redes sociais. Focaremos na legitimação que é conferida a essas textualidades por meio da autoria, ou seja, pela chancela no nome de um autor de destaque nacional ou internacional, geralmente membros do cânone literário. Cabe destacar que:

Em suas proposições em torno da análise de discurso, Michel Pêcheux voltou-se à mídia e aos discursos que nela são formulados e ganham circulação em diversos momentos. O discurso publicitário em sua constituição sócio-histórica, a mídia televisiva em seus modos de constituir acontecimentos e o discurso jornalístico e(m) sua gestão da memória são alguns dos pontos que comparecem no percurso empreendido por Pêcheux em sua teorização sobre o discurso durante as décadas de 1960 e 1980 (Dela-Silva; Carneiro, 2023, p. 2).

Além disso, podemos dizer que Pêcheux compreendia a complexidade do discurso literário como aquele que é pleno em “armadilhas”, posto que funciona entre a autoria de um sujeito que toma posição no mundo e a ficção que se produz na literatura. Considerando as questões próprias ao digital e ao literário, perscrutaremos o funcionamento da memória a partir da teoria em que estamos inscritas:

Dentro do quadro de reflexões sobre a circulação metafórica entre as figuras do organismo e a sociedade, é possível lançar uma hipótese alternativa colocando em jogo o estatuto social da memória como condição de seu funcionamento discursivo, a partir da produção e interpretação de redes de traços gráficos ou fônicos. Sob essa perspectiva, a memória se reporta (...) a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por uma série de tecidos de índices legíveis, constituindo um corpus sócio-histórico de traços. (Pêcheux, 2011, p. 141-142, grifos nossos).

O autor afirma ainda que “a memória considerada como corpo/corpus de traços inscritos neste espaço, sob formas extremamente variáveis, remete assim à noção de memória coletiva, tal qual foi desenvolvida em particular pelos historiadores das mentalidades” (Pêcheux, 2011, p. 142).

Ao deslocarmos tais reflexões para os anos 20 do século XXI, podemos estabelecer relações com o que é possível observar no espaço digital, pois, para nós, *sites*, *blogs* e redes sociais constituem-se como corpos de traços, tais quais os corpos coletivos apontados pelo autor (cidades, regiões, instituições, associações, nações, Estados).

Tais reflexões nos direcionam a tomar a noção de memória em reconfiguração, pois os espaços de circulação e os recortes que constroem os arquivos são de outra natureza quando disponibilizadas no espaço digital. Dias (2018, p. 69, grifos nossos), ao abordar a questão do arquivo e da memória em face ao digital e às tecnologias, aponta que:

[...] essa unidade totalizante da memória, produzida por distintos meios, se constrói hoje, por um movimento de ‘desvinculação’ da memória da sua relação com as instituições, sejam universitárias, públicas, e mesmo privadas, e uma aproximação com as corporações, como o *Google*, *Facebook*, e, também organizações sem fins lucrativos, ou ainda iniciativas privadas.

Para a autora essas corporações/empresas, por meio de algoritmos ou *softwares* “regulam a relação com a memória, com o arquivo e com a leitura”. Assim, compreendemos também a regulação da circulação das peças de linguagem/postagens que remetem ao discurso literário. A literatura que, anteriormente, estava, em grande parte, restrita às bibliotecas, aos bancos escolares e universitários, passa a circular a partir de arquivos reunidos neste espaço digital, sendo regulada por algoritmos. Se, em outro tempo e outro espaço material, o discurso literário circulava de modo mais complexo e talvez mais restrito a determinadas classes sociais, com o advento das redes sociais o acesso se democratiza. No entanto, isso não garante que a “divisão social do trabalho de leitura” tenha se reestruturado, pois o acesso tem se realizado de modo fragmentário, na maioria das vezes, descomplexificando o literário. Esse movimento social coloca em debate também a noção de conhecimento (produção, reprodução e transformação de conhecimento), deslizando, em alguns casos, para o campo da informação, próprio à velocidade com que o espaço digital viabiliza a “apreensão” das “coisas a saber” (Pêcheux, 2002) para as quais somos interpelados incessantemente.

Estes arquivos literários digitais, aos quais temos acessos com apenas um *click*, são arquivos construídos para, primordialmente, dar conta de alimentar as redes sociais de sujeitos que buscam expressar-se por meio de um discurso de autoridade, no caso da literatura e/ou da filosofia. A tecnologia propicia tanto a construção destes arquivos, como a sua circulação, “o que tem seus riscos e suas fragilidades, mas também abre a possibilidade de contar outras histórias pela possibilidade de circulação dos arquivos, onde a memória discursiva incidiria sobre a memória como arquivo” (Dias, 2018, p. 69).

A partir dessa fundamentação, propomo-nos a refletir sobre a circulação do discurso literário, sobretudo buscando compreender o papel desse discurso na construção de uma “possível” memória coletiva na atualidade, considerando as condições de produção do digital.

Dos arquivos literários digitais

Figura 1 – Card de frase de amor de Clarice Lispector



Fonte: <https://www.pensador.com/frase/MTU3MzI4/>. Acesso em: 28. ago. 2024

“Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca” – afirma Clarice Lispector, no site *Pensador*. Assim como esta textualidade, que selecionamos aleatoriamente, tantas outras integram *sites*, *blogs*, redes sociais, fazendo parte de arquivos digitais que reúnem frases, dizeres, citações de todo tipo – sejam elas de amor, amizade, ódio, otimismo, comemoração, felicidade, luto, ou de qualquer outra ordem que possa servir a uma dada classificação temática. São dizeres bonitos, românticos, moralistas, transformadores, todos selecionados, de alguma forma, para “arrasar no *feed*” (gerar impacto), sendo constantemente buscados, replicados, compartilhados e trabalhados em imagens para serem postas em circulação nas redes sociais. Esses fragmentos se apresentam, em meio a manifestações cotidianas, na forma de apelos, conselhos, indiretas, motivação, autoajuda, “gotas de sabedoria” literária e/ou filosófica.

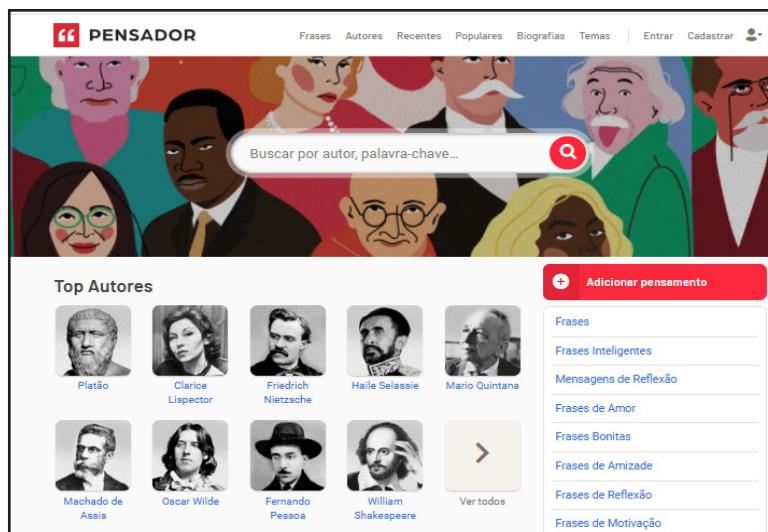
Vinculadas ao nome de autores conhecidos e/ou reconhecidos por estarem circulando num “suposto” espaço de memória, dado como coletivo, as textualidades que compõem tais arquivos são, com frequência, embora não exclusivamente, extraídas de textos literários, de autoria de cânones, como é o caso de Clarice Lispector. No site *Pensador*, por exemplo, estão atribuídas ao

seu nome 2.680 frases, de toda ordem e classificação, disponíveis para acesso público para fins de leitura e compartilhamento. Tal movimento social no espaço digital não garante a autoria, nem o reconhecimento da textualidade como constitutiva de uma obra ou outra, mas indica a relação do internauta (usuário de redes digitais) com a literatura canônica, promovendo-a nesse espaço de circulação.

Assim como Clarice Lispector, outros autores canônicos, em sua maioria já falecidos, mas largamente reconhecidos por sua produção literária considerada ímpar, emprestam a chancela do seu nome, conferindo-lhes o efeito de superioridade e uma suposta homogeneidade de autoria, para a constituição desses arquivos digitais. Esses arquivos, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que dão novas condições de produção e circulação aos textos literários, popularizando-os, também fragmentam e até subtraem a memória, ao apagarem as obras literárias e desvinculá-las de seu espaço de formulação, da prática que dá corpo e forma material à textualidade recortada. A velocidade que o espaço digital impõe às publicações interdita a divulgação de um conhecimento produzido num dado momento sócio-histórico, recortando e deslocando fragmentos que devem produzir efeitos rápidos e passageiros.

Tal realidade empírica nos remete ao que Orlandi (2001, p. 180) define como “memória metálica”, pois, assim como a televisão, o espaço digital “produz acontecimento sem história” e “repetição sem memória”. A autora já refletia sobre tais funcionamentos no final do século XX e início do século XXI, demonstrando que a TV “bloqueava” (essa palavra agora com mais funcionamentos do que à época) “o percurso dos sentidos, seu movimento, sua historicidade, seus deslocamentos” (Orlandi, 2001, p. 181). É nessa conjuntura que se constrói a noção de memória metálica que viria a substituir uma memória histórica, colocando o sujeito “em rede” sem uma filiação histórica, sendo apenas “animais em interação” (*Ibidem*, p. 182). Neste caso, a autoria “deve ser pensada em relação ao público, à multiplicação da repetição e à quantidade” (*Ibidem*, p. 183), na qual a “memória metálica se organiza em novos modos de (não) esquecimento”.

Pensador é um *site* que se apresenta como um arquivo de frases, poemas, textos e mensagens, que podem ser cadastradas pelos usuários a qualquer tempo para a formação de coletâneas temáticas pessoais, ou para a alimentação de coletâneas já existentes e posterior compartilhamento. As textualidades podem ser elaboradas pelos próprios usuários, ou atribuídas a outros autores, como é o caso de autores literários, de filmes, de artistas famosos, tal como se pode observar na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Recorte da página *Pensador*

Fonte: <https://www.pensador.com/>. Acesso em: 28. ago. 2024

O próprio *site* disponibiliza modelos de imagens para que a textualidade possa também ser trabalhada como *card*, favorecendo a viralização, vide a Figura 1, que abre esta seção do presente trabalho. Nessa montagem, combina-se um dizer com a foto da respectiva autora, produzindo o efeito de veracidade da autoria e de autoridade em termos de circulação, dada a relevância cultural e histórica de um nome como o de Clarice Lispector. Na Figura 3, a seguir, observamos o mesmo funcionamento de *cards* prontos para compartilhamento, constituídos de “frases de livros para fotos e *status* em redes sociais”, que, segundo o próprio *site*, “são tão ricos e significativos que precisam ser compartilhados”.

Figura 3 – Recorte da página *Pensador*

Fonte: https://www.pensador.com/frases_de_livros_inspiradoras_marcantes/. Acesso em: 30 ago. 2024

Assim como o *Pensador*, outros tantos arquivos semelhantes estão em funcionamento na internet, a exemplo do *Pinterest*, do *Facebook*, do *Instagram* e outros espaços digitais que, no nosso gesto de interpretação, constituem-se como arquivos de memória, lugares de não esquecimento. Valendo-nos das palavras de Dias (2022, p. 70), esses espaços “colocam a memória como um objeto a ser arquivado, e não como algo do funcionamento do próprio arquivo. [...] Trabalho de armazenamento da memória como dado”. Assumindo-se o digital como condição de produção de discursos, e não como suporte tecnológico (Dias, 2022), entende-se que esses arquivos armazenam memória a partir de uma escrituração excessiva de dizeres cotidianos, banais, felizes e infelizes, uma escrituração que representa um sintoma da forma como os sentidos – e diríamos, as formas de autoria – são produzidas e circulam no digital: em grande quantidade, de forma viralizada, em um fluxo repetível e incessante. Diríamos, outrossim, em uma excessiva verbalização, movida pela necessidade de tudo dizer, de nada esquecer, em processos de saturação a partir dos quais os sujeitos se realizam, suprimindo imaginariamente necessidades ou aquilo que “arrisca faltar à felicidade” (Pêcheux, 2002, p. 34).

Das problematizações teóricas

Voltando nossa atenção ao funcionamento da autoria na “frase de amor” de Clarice Lispector, a partir da qual iniciamos essa escrita, o *Pensador* disponibiliza somente uma nota, indicando que a textualidade faz parte da crônica *As três experiências*¹, publicada na obra *A descoberta do mundo* (1999), pela Editora Rocco. Como o próprio nome da crônica sugere, o texto original trata de três experiências que a autora destaca como aquelas para as quais nasceu e para as quais mais intensamente se dedica: escrever, amar os outros e criar os filhos. Ao longo da crônica, a autora tece considerações sobre cada uma dessas três experiências, mostrando a importância que elas têm na sua vida e elaborando contrastes entre elas. Aborda também a vida e o tempo, o medo da morte e o desejo de um aviso e da reencarnação. Essa crônica é uma entre tantas publicadas por Clarice Lispector no *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1967 e 1973, e organizadas na coletânea *A descoberta do mundo*, publicada pela primeira vez em 1984. Para acessar estes saberes que reconstituem um pouco das condições de produção de tal discurso literário, o leitor precisa, no entanto, desvencilhar-se da velocidade envolvente que o espaço digital promove. Caso contrário, terá o contato com um fragmento isolado de algo muito maior e mais complexo.

“Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca” é, assim, apenas um fragmento de uma crônica, um texto mais amplo, que aborda o amor, mas não somente, ainda que esta sua historicidade seja silenciada. Trata-se de uma textualidade apartada das condições de produção em que foi

¹ Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/5887/as-tres-experiencias>. Acesso em: 30 ago. 2024

originalmente publicada e reinscrita discursivamente em condições de produção outras, em que a autoria é resguardada, mas não pela genialidade literária do texto, nem pela singularidade ou estética da escrita. A autoria é resguardada pela memória de um nome que está associada a sentidos de autoridade de e no dizer. Há uma passagem do literário como arte, criação, estética, para o literário como banalidade, dizer cotidiano, lição a ser apreendida, forma de expressão que melhor comunica ou traduz afetos e sentimentos. Ou, ainda, simplesmente, para uma frase, gramaticalmente certa e linear do ponto de vista comunicacional, que não somente se constitui pelos dizeres que lhe integram, mas também pela associação à imagem que incorpora a própria autora, em sua beleza e feição de seriedade, no processo de produção de sentidos.

Ao abordarmos o exemplo da “frase de amor” de Clarice Lispector para a fundamentação deste trabalho, não temos por objetivo descrever o teor de literariedade da textualidade por ela mesma em sua ligação ao nome do autor, para então rotularmos se ela é ou não literatura, ainda que apartada da crônica que lhe dá origem. O que buscamos, outrossim, é compreender o funcionamento da memória discursiva do que faz daquele texto um excerto literário circulando na materialidade digital, a partir da qual se constituem estes arquivos a que nos dedicamos. Compreendendo que o discurso se constitui por processos de filiação de sentidos e entendendo a memória discursiva como aquela “que vem restabelecer os implícitos [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux, 1999, p. 52), o que questionamos é o modo como todo um conjunto de excertos literários atribuídos a autores consagrados como Clarice Lispector ressignificam no digital. Esses excertos materializam-se em rastros, lastros, pedaços, fragmentos que circulam atendendo a anseios banais de um “mundo semanticamente normal”, como nos diz Pêcheux (2002), mundo este onde os sentidos são naturalizados e os objetos simbólicos, como os autores e suas obras, são trabalhados de forma fragmentária e dirigida como frases de efeito, para servirem a determinados resultados, interditando, muitas vezes, um gesto de interpretação outro.

A Análise de Discurso, teoria que circunscreve nossa prática científica e este trabalho, não se interessa pela retórica de uma eventual classificação ou tipificação de textos ou de formas de linguagem, pelo seu conteúdo ou por sua organização linguística. Considerando que o objeto da Análise de Discurso é o discurso, entendido como efeito de sentido entre interlocutores, o texto somente interessa ao analista pelo modo como “organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo” (Orlandi, 2003, p. 69). O texto, afirma Orlandi (2003), é um exemplar do discurso e, portanto, para trabalhá-lo, é preciso relacioná-lo com a discursividade em que se inscreve para a compreensão de como se ele produz sentidos, ou seja, de como o discurso nele se textualiza.

Do mesmo modo, a literatura não é uma ordem caracterizada por determinadas organizações linguísticas que têm no autor uma marca registrada do dizer. Diríamos, correndo o risco de sermos demasiado simplistas, que se trata de uma prática de linguagem, que, sob a perspectiva de Lajolo

(1984), dá existência ao que, sem ela, ficaria no caos, no inominado. A literatura envolve leituras sensíveis do cotidiano, do fugaz, do inimaginado, do histórico, do social, do real, deixando-se representar por modelos e tempos históricos, ao mesmo tempo em que os transcende, em uma abertura constante do simbólico. Discursivamente, ela interessa-nos enquanto discurso literário, uma ordem significativa que, como tal, funciona em relação à exterioridade, estando sujeita às transformações sócio-históricas que modificam as relações entre autor e leitor e que se inscrevem também em diferentes formas de linguagem, em diferentes materialidades que dão corpo aos sentidos, constituindo-se como espaços de interpretação, de memória.

Se o texto é tomado como textualidade e o literário é assumido enquanto discursividade, a autoria, por seu turno, no campo discursivo, também não se coloca como lugar de origem do dizer, e sim como uma representação da unidade necessária ao texto como superfície linguística com “começo, meio, progressão, não-contradição e fim” (Orlandi, 2001, p. 65). Se todo dizer só faz sentido na relação com outros dizeres, o autor passa a ser entendido como o lugar no qual se realiza o projeto totalizante do texto, com sua coerência e completude, função esta que “delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (Orlandi, 2003, p. 73). Tal função, explica Orlandi, é fortemente determinada pela exterioridade e pelas exigências de coerência, responsabilidade e não contradição, necessárias não a uma projeção qualitativa ou qualificativa do texto, e sim a uma visibilidade do sujeito enquanto autor, de sua posição no contexto histórico-social, dos modos como pratica significações. Conforme a autora:

Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete à sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a identidade/exterioridade, ele “aprende” a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo chamei (E. Orlandi, 1998) assunção da autoria. Segundo ela, o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc. (Orlandi, 2003, p. 76).

Por este viés teórico-metodológico, a autoria de um texto literário ou de outro texto qualquer significa enquanto projeção de unidade. Assumir a função-sujeito autor é constituir-se em uma “história de significações”, a partir das quais a formulação do dizer instaura “um lugar de interpretação no meio de outros” (Orlandi, 2007a, p. 69-70). Trabalhando-se a autoria deste modo, a partir da historicização do dizer, passamos a compreender que a transformação dessa história de significações em algo referenciado socialmente e idealmente homogêneo, como é o caso de Clarice Lispector, é efeito do funcionamento da memória institucional, que produz a divisão social do trabalho da leitura. O cânone, qualificação conferida a autores literários consagrados, funciona, assim, como um lugar de representação institucional do que é ou não admitido e legitimado como superior ou valorável na memória coletiva. Ao se produzir em seu efeito de estabilização

discursiva, o cânone circula fazendo dos autores autoridades tanto das direções a serem dadas à interpretação, quanto do dizer em si. Essa representação de origem, no entanto, não é senão um trabalho da ideologia, que produz o efeito de unidade, identidade, mesmo sendo o texto “bólide de sentidos, sintoma de um ‘sítio significante’” (Orlandi, 2007a, p. 14), melhor dizendo, unidade complexa e heterogênea quanto à natureza dos materiais simbólicos, quanto à natureza das linguagens e quanto às posições do sujeito.

Das relações entre autoria e circulação

Se a autoria só funciona como ponto de origem na ordem do imaginário, como então compreender o seu funcionamento atrelado às textualidades literárias que circulam em arquivos da internet, no digital tomado como materialidade discursiva? Para avançarmos sobre esta questão, entendemos a importância de trabalharmos a autoria em relação ao que Dias (2018) propõe a respeito da circulação como o processo a partir do qual o digital se constitui e se formula. Para a autora, o digital significa como “uma condição de produção política e ideológica do discurso, como uma condição e meio de produção e reprodução de formas de existência capitalistas” (Dias, 2018, p. 28), o que pressupõe, em nosso gesto de interpretação, não reduzir o digital a uma mera técnica, em sua forma empírica. Enquanto forma material, o digital funciona em relação à memória discursiva, constituindo sentidos. A circulação, nesse caso, conforme a autora (*Ibidem*, p. 33), funciona como “o que sustenta a formulação dos dizeres no digital”, e estamos em consonância com ela quando afirma que “o modo de circulação também tem um retorno sobre a constituição dos sentidos” (*Ibidem*, p. 35).

Considerando que a circulação dos discursos é afetada por uma memória metálica, uma dimensão técnica “que reduz o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (Orlandi, 2007a, p. 16), o compartilhamento, a viralização, a (re)postagem, as práticas algoritmizadas e repetíveis em funcionamento na internet passam, portanto, a constituir sentidos na materialidade digital. Resulta disso que a autoria, que se modifica em diferentes tempos históricos, de acordo com as formas de controle da interpretação, também se singulariza nessas condições de produção do discurso digital, não em termos de apagamento, mas sim de resignificação. Consoante Dias (2018, p. 49, grifos da autora), a autoria:

[...] diz respeito, portanto, às formas do sujeito nas condições de produção da sociedade digital, nas quais, muitas vezes, “não importa quem fala”. Fala-se. A escrituração e comentarização dos dizeres ad infinitum produz uma forma de autoria determinada pelo digital e, cada vez mais, como preconiza Orlandi (2001), “o que há são versões”.

Quando tratamos de autoria, estamos no limiar de uma “injunção ao dizer” (Orlandi, 2001, p. 91), posto que, “para significar estamos sempre interpretando, mesmo sem o reconhecer, e ‘assinamos’ embaixo de ‘nossas’ palavras, assim como nos constituímos autores de nossos textos” (*Ibidem*, p. 92, grifos da autora). Na materialidade digital, no entanto, ainda que estejamos sempre tratando de formulações² na ordem do discursivo, pelo modo como os sentidos circulam e são produzidos, no efêmero, no agora (Dias, 2018), “uma formulação se transforma em várias outras sem que se toque no domínio da constituição, onde um sentido poderia vir a ser outro” (Orlandi, 2001, p. 182). A autoria, nessas condições de produção, reduz-se a versões do mesmo, a partir do que já se encontra disponível na rede, “sem que haja espaço para a interpretação”, posto que “há uma trama enredada que impede o acesso à profundidade da rede de filiações (historicidade) justamente porque a simula, porém na horizontalidade” (Orlandi, 2001, p. 182).

Se os modos de funcionamento do digital afetam as formas de autoria, deslocando-as para uma zona confortável de repetibilidade em quantidade, isso nos indica, em primeiro plano, que a viralização de textualidades literárias associadas a nomes de autores canônicos não desestabiliza o efeito de legitimidade próprio aos sentidos de cânone, posto que as textualidades circulam e se multiplicam sempre associadas a um suposto autor. Nesta perspectiva, diríamos, inclusive, que a circulação no digital reforça um imaginário já instituído a respeito do cânone e da soberania de sua escrita, o que pode ser compreendido também como forma de manutenção de uma dada memória, na gestão entre o que lembrar e o que esquecer.

Mas há outras questões ainda a considerar nessa relação entre autoria e circulação de sentidos no digital, particularmente no que concerne ao discurso literário e ao internauta. Este se apropria do efeito de legitimidade do autor canônico para, com as palavras do outro, dizer de si mesmo e da sua vida cotidiana. Dessa forma, o discurso literário se torna uma espécie de porta-voz do seu ser sujeito nos espaços de significação próprios à internet. Tratamos de gesto de apropriação à medida em que a autoria atribuída às textualidades literárias filia historicamente o dizer a uma dada região de significância, constituída pela história e pela memória de um nome. Porém, pela forma como os sentidos se constituem no digital e pela fragilidade na relação textualidade/sujeito-autor, essa filiação não é indício de (re)inscrição discursiva da história de significações que singularizam um autor ou até mesmo de um espectro do sujeito-leitor, contraparte necessária à autoria e significada a partir da divisão social do trabalho da leitura. Em outras palavras, a mera menção ao nome de um autor não faz dos internautas leitores de literatura, e sim consumidores do que significa como memorável em termos de memória coletiva, o que descomplexifica o discurso literário e o faz deslizar para um espaço de significância outro, onde determinados dizeres e os nomes de autores, não as obras ou a leitura, reduzem-se a frases de efeito.

² A formulação, tal como define Orlandi (2001, p. 9), é um dos momentos de produção do discurso, em que a “linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”.

O gesto de apropriação das textualidades literárias que se produz no digital, nesse sentido, viraliza o efeito de sentido produzido por um nome, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, silencia o histórico de formulações que singularizam e edificam institucionalmente o estatuto conferido a este mesmo nome. A autoria, nesse caso, vale por uma dada importância social, que se sabe que é importante porque comparece no fio do discurso autorizado; e os dizeres, apenas por seus efeitos pragmáticos, e isso circula sem sequer uma reflexão que demarque a posição do sujeito internauta e que possibilite aos sentidos deslocarem-se.

Recuperando, por exemplo, a citação como mecanismo estruturante do discurso científico, estamos tratando aqui de um funcionamento distinto, posto que, como afirma Orlandi (2007b, p. 145), a citação sinaliza a necessidade “de saber delimitar diferentes formulações, [...] saber demarcar umas e outras para poder estabelecer sua posição e, na discussão com outras vozes, estabelecer o âmbito da sua compreensão do fato que é objeto de reflexão”. No digital, as vozes que sinalizam o discurso literário são empregadas como uma forma de “tradução” de um dizer de si, aquilo que melhor “expressa” os sentidos, por isso, a apropriação e o apagamento da história. Para melhor desenvolvermos esta reflexão, observemos a Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Compartilhamento de frase de amor de Clarice Lispector



Fonte: <https://x.com/danielamercury/status/1379154422295629830>. Acesso em: 29. ago. 2024

A Figura 4 apresenta um *post* de Daniela Mercury, na rede social X, formado de uma foto particular da cantora acompanhada, na legenda, pela mesma “frase de amor” de Clarice Lispector que trabalhamos neste artigo a partir da Figura 1: “Amar os outros é a única salvação individual

que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca. Clarice Lispector”. Para estabelecermos um paralelo entre elas, observemos as duas, lado a lado:

Quadro 1 – Compartilhamento de frase de amor de Clarice Lispector



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em termos de organização, estabelecendo-se um paralelo entre a Figura 1 e a Figura 4, temos, respectivamente, uma montagem em que a legenda aparece ao lado da foto e uma publicação em rede social, em que a legenda antecede a foto. Tratam-se, nesse sentido, de publicações que apresentam formatos diferentes, porque foram produzidas em condições de produção distintas: enquanto uma é um *card* disponibilizado para compartilhamento em arquivo digital de textualidades literárias, a outra representa uma postagem que faz parte de uma *timeline* particular de rede social. Em se tratando de autoria, na Figura 1, há menção à obra de onde a textualidade literária foi extraída, o que produz o efeito de veracidade necessário à autorização e à circulação do dizer sob a chancela do nome da autora Clarice Lispector. Enquanto isso, na Figura 4, os indícios de atribuição de autoria se marcam apenas pelo uso das aspas na citação da frase de amor, que sinalizam o dizer de outrem, e a menção ao próprio nome da autora.

Já em relação às fotos particulares que compõem as publicações, uma de Clarice Lispector e a outra de Daniela Mercury, observamos outras semelhanças: na Figura 1, Clarice Lispector se apresenta com olhar fixo no que se projeta como o lugar do sujeito-leitor da publicação, com uma postura corporal que produz sentidos de pontualidade e credibilidade no dizer. Já na Figura 4, Daniela Mercury se apresenta com postura corporal mais relaxada, mas ainda assim com o olhar voltado ao horizonte, em gesto de contemplação, reflexão e abertura.

Junto a essas duas imagens pessoais, temos o excerto literário extraído da obra de Clarice Lispector. No primeiro caso, objeto de consumo para compartilhamento como frase de efeito, classificada como “de amor”. No segundo caso, a própria frase de efeito circulando como objeto de consumo e lição apre(e)ndida. Ainda que ambas as imagens atribuam a autoria do dizer à Clarice Lispector, não há nelas indícios de um possível espaço de apreciação ou leitura de obras literárias. Há, apenas, o efeito impactante da frase de amor, como um dizer banal e cotidiano, mas autorizado em sua importância e efeito de genuinidade emprestados pelo nome do cânone literário.

Postas lado a lado, o que se observa é que não há relação alguma de anterioridade entre uma imagem e outra, no sentido de uma ser a fonte (o arquivo) da qual o dizer postado em outra tenha sido extraído. Ambas são efeitos dos modos de produzir e organizar sentidos no digital e se marcam pela ausência tanto do que poderia ser tomado como ponto de origem, quanto do lastro de historicidade da obra de Clarice Lispector. Para nós, tais ausências são demonstrativas do funcionamento do discurso literário como objeto de consumo em circulação na internet, que é usado para dar conta da ilusão do sentido “exato” e “preciso” do que o sujeito necessita verbalizar. Em outras palavras, da “matéria-prima” (Dias, 2018, p. 166) que constitui a sua narratividade, em um processo de saturação de sentidos que faz elidir, assim, “a relação fundamental entre linguagem e silêncio, marcada pela incompletude” (Dias, 2023, p. 222).

Por narratividade, nas condições de produção do digital, entendemos a “maneira como a memória se diz, entre a captura do algoritmo e a liberdade do pensamento” (Dias, 2018, p. 161). A narratividade no digital se constitui por gestos de escrituração de si, práticas que não envolvem um eu individualizado, mas “uma memória discursiva na qual o ‘dizer de si’ se produz enquanto inscrição do sujeito no mundo, enquanto um observatório do político” (Dias, 2018, p. 157, grifos da autora). Pensada em relação à narratividade, a circulação das textualidades vinculadas a autores literários passa a ser compreendida como parte de flagrantes do cotidiano, daquilo que se destaca para sinalizar a passagem entre um acontecimento e outro e que significa como o “real que nos escapa, mas que temos necessidade de fixar” (*Ibidem*, p. 166). Nas palavras de Dias (2018, p. 166): “Aquilo que marca o tempo em sua circularidade, em sua linearidade, porque faz o sujeito retornar sobre si, são os acontecimentos-nós, onde cada nó amarra o sujeito em sua unidade. Ponto fixo de onde ele re-começa”.

Estabilizar o tempo, marcar os pontos de re-começo, de aprendizado, de mudança, são formas, portanto, de o sujeito construir imaginariamente a sua própria unidade. E o papel que os arquivos digitais cumprem, nesse ínterim, é o de estratificação das textualidades literárias de forma organizada em frases de efeito, para que continuem a circular com a função de dizer sobre sentimentos e lições como nenhum outro sujeito jamais poderia ser capaz de fazer. Ainda que, para assumir a função-autor, baste ao sujeito se colocar na origem do dizer, cria-se a ilusão de que a sua própria formulação não produzirá o mesmo efeito, não porque ele não saiba como fazê-lo,

mas porque já há quem tenha feito de uma forma inquestionável. Apropriar-se de um suposto dizer de um cânone literário e manter a chancela dessa autoria funciona, assim, como uma forma potencial de instaurar presença no que é fugaz e produzir uma pausa – ainda que veloz e efêmera –, na atualização de dados, convocando a atenção do outro (Cervo; Flores, 2018), não no sentido do efeito-leitor da discurso literário, mas do outro que constitui a dispersão do digital.

Considerações finais

Na abertura do Colóquio Materialidades Discursivas, referindo-se a modalidades sob as quais “o efeito discursivo da análise de discurso tem uma chance de encontrar a história”, Pêcheux trata do acontecimento produzido “não como emanção de um sujeito pleno – disputando com outros sujeitos [...] o direito à fala – mas como a construção de um efeito de retorno repercutindo aquilo que trabalha às margens do discurso” (2016, p. 27-28, grifos do autor). Por esta perspectiva, em lugar de emanar a viralização das textualidades associadas a autores literários canônicos como a “imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada” (*Ibidem*, p. 28), como pesquisadoras no campo da Análise de Discurso nos colocamos no lugar de compreender esses modos de circulação e como eles engendram sentidos a respeito de autoria no que concerne ao discurso literário. E, por este caminho, o que vislumbramos são deslocamentos produzidos pela relação entre a sociedade digital e a forma-sujeito, e os efeitos daí decorrentes.

Cada vez mais, as tecnologias digitais são produzidas e circulam atendendo à “imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” do sujeito pragmático “– isto é, cada um de nós, os ‘simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida” (Pêcheux, 2002, p. 33, grifos do autor). Essas tecnologias marcam-se nos modos de gestão social dos indivíduos, nos meios de construção da nossa unidade imaginária, mas também, e sobretudo, em diferentes arranjos que tecem nossas formas de relação e comunicação. A forma-sujeito, nesses termos,

encontra-se desarranjada pelo digital ou pelos sistemas e dispositivos lógico-digitais, por tecnologias digitais, estabelecendo um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, mas também entre o sujeito e o jurídico, atravessada pelo econômico (Dias, 2018, p. 58).

As coisas-a-saber, nesse sentido, sendo próprias de uma dada formação social, movimentam-se, deslocam-se, refazem-se, atendendo às necessidades pragmáticas do sujeito. E, no caso em que estamos tratando, alcançam o discurso literário, fragmentando-o em sua dimensão criativa e estética, para diluí-lo na importância de determinados nomes em relação aos quais o dizer vale muito mais pelo apelo que provoca, do que pelo atributo literário. “Se a internet é um espaço de escritura de si, não é à toa que a mais preciosa ‘moeda’ da rede sejam os dados dos sujeitos: o que ele come, onde ele vai, onde ele mora, onde trabalha, qual sua posição política [...]” (Dias, 2018,

p. 156, grifos da autora). A esses dados, acrescentamos: o que ele pensa, o que ele apre(e)nde, o que o motiva, o que o desanima, as razões pelas quais ele trabalha e luta e cujas textualidades literárias expressam sem igual. Como afirma Orlandi (2001, p. 104): “Quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona”.

Referências

CERVO, Larissa M.; FLORES, Nathália M. Rede social e formas de manifestação de resistência: uma reflexão a partir do Facebook. In: SOUSA, Lucília Abrahão e; et. al (orgs.). **Resistirmos, a que será que se destina?** São Carlos: Pedro e João, 2018. p. 221-238.

DELA-SILVA, Silmara; CARNEIRO, Ceres Ferreira. Dos discursos da/na mídia: um percurso com Michel Pêcheux. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 23, p. 1-16, 2023. e-1982-4017-23-28.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: Sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. Sobre a dimensão técnica do silêncio. In: DIAS, Cristiane; COSTA, Greciely Cristina da; BARBAI, Marcos Aurélio (orgs.). **Manifesto silêncio**: Uma leitura da obra de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2023. p. 219-232.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b. p. 133-151.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento. 3. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Leitura e memória: Projeto de pesquisa. [Tradução de Tania Clemente de Souza]. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 141-150.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. [Tradução de Débora Massmann.] In: CONEIN, Bernad et. al. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1980]. p. 23-32.